

ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO¹

Daniel Francisco Nagao MENEZES²

RESUMO: A economia solidária, um conceito emergente e itinerante, precisa de diálogos que ajudem a defini-lo e a especificar seu conteúdo. Neste artigo, tomando como referência as contribuições de Jean-Louis Laville, refletimos sobre os espaços econômicos, domésticos, mercantis, públicos e solidários. Propomos também que, a partir de uma revisão da história da economia solidária nos países periféricos, revelando um itinerário que avance além das propostas de Laville que seja mais próximo do latino-americano.

PALAVRAS-CHAVE: Economia solidária. Espaços públicos e privados. Projeção política.

A Economia solidária: um conceito emergente e itinerante

Todos concordam que o conceito de economia solidária nasceu recentemente, embora na realidade, devemos também presumir que seja tão antigo quanto a humanidade. Essa novidade e a natureza emergente dessa noção a tornam relativamente mais sensível a debates que tentam definir seu conteúdo. Por outro lado, a sua tenra idade (menos de um século) convida a querermos corrigir os seus contornos criando riscos quando seu nascimento intelectual não deixa de ser cercado por algumas controvérsias, querendo se distanciar da economia

¹ Artigo decorrente do Projeto de Pesquisa “(Re)construindo o Direito Cooperativo Latino Americano? Criando uma matriz teórica e institucional para a América Latina”, financiado e apoiado pelo CNPQ (Projeto 402885/2018-0 – Chamada CNPq/SESCOOP)

² Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Direito, São Paulo – SP – Brasil. Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico. Membro da Conferência Internacional de Pesquisas e Estudos sobre Economia Social e Solidária - CIRIEC - Brasil. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP – Brasil. Pós-Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Direito. nagao.menezes@gmail.com

social, conceito também sujeito a controvérsias, embora sua história escrita seja mais longa que a da economia solidária.

Além disso, o nosso jovem conceito e também emergente, pouco depois de ter nascido na velha Europa, começou a viajar e atravessou o oceano atlântico para ser adotado em alguns países latino-americanos, especialmente no Brasil, levando a uma diferenciação teórica e prática entre os dois conceitos.

Nesse panorama emergente e itinerante, existem vários riscos que podem ser apontados. O primeiro é que, ao fazer uma delimitação tão ampla da economia solidária que, por baixo, cabe tudo ou quase tudo, ou em outras palavras, qualquer atividade ligada à escassez envolvendo reciprocidade pode ser incluída sob este guarda-chuva. O segundo risco é que a sua definição é severamente restrita, estabelecendo fronteiras precisas com critérios exigentes que podem deixar de fora um bom número de experiências que estão a meio caminho entre a economia social e a economia solidária. Na fase atual, tanto a extensão ilimitada do guarda-chuva quanto a ação restritiva podem ser negativas para o crescimento da prática e também o crescimento teórico da economia solidária.

Um terceiro risco ainda é incluir sob este conceito - especialmente o brasileiro - de economia solidária, situações internacionalmente tão distantes que dificilmente possam ser reconhecidas, identificáveis e comparáveis como tais. Esta é uma das mais fortes críticas à pesquisa macro-comparativa lançada pela Universidade Johns Hopkins sobre o terceiro setor. O uso de critérios etéreos e discutíveis significa que, no final, quase ninguém sabe o que eles têm em comum: um hospital egípcio, uma mutualidade alemã, uma fundação americana, uma universidade marroquina, uma loja de comércio justo israelense, uma cooperativa social italiana, um projeto de desenvolvimento comunitário em Quebec, uma associação de moradores do Brasil. Embora seja verdade que esta pesquisa destacou aspectos importantes do papel econômico de um terceiro setor que contribui para a criação do produto interno e do emprego, também é devedor dos esquemas norte-americanos e tradição da filantropia civil e da “Economia Sem Fins Lucrativos”. Até certo ponto isso os impede de qualificações que, no caso da Europa, se referem ao uso de outros critérios e à cultura social e política de cada país. Não é defender um retorno a estudos que só podem ser interpretados a partir das realidades “nacionais”, mas, alertar que as comparações transnacionais devem ser cuidadosas para não projetar em outros a sombra da própria torre do sino.

Esses riscos estão presentes nos textos e seminários acadêmico pelo mundo, mas a economia solidária emergente, multitalentos, nos convida a sermos prudentes na utilização dessa noção e conceitos, correlacionando diversas áreas do

conhecimento. Assim, Jean-Louis Laville apresenta uma hipótese que permitem a articulação da democracia com a economia; Rui Namorado fala de escopo não estabilizado, de noção não unívoca, de galáxias e constelações; Gaiger relata o uso recente da palavra no Brasil; Cattani explica as dificuldades com que este se encaminha diante de uma ideologia dominada pelo neoliberalismo; José Portela destaca a fraternidade, o poder e a participação como elementos constituintes, convidando a ir além da contabilidade e a olhar para alguns dos valores oscilantes da economia solidária; Rogério Amaro afirma que existe uma certa confusão entre a economia social e solidária, sendo a segunda filha da primeira, caracterizada a partir das experiências dos Açores e outras do resto de Portugal; Carlota Quintão mostra como as empresas de inserção atuam na Europa com suas origens baseadas em esquemas up / down e inspiradas na situação francesa.

Assim, há uma necessidade de aprofundar tanto os aspectos teóricos da definição de economia solidária quanto o melhor conhecimento de sua realidade. Para isso, tentamos, nesta contribuição limitada, focar a atenção em alguns pontos do poderoso esquema Laville que, visto de uma perspectiva ibérica, parece mais discutível. Trata-se de estabelecer um diálogo de crítica fraterna que abre pistas para avançar em direção a uma interpretação mais ampla da economia solidária.

Contribuições de Jean-Louis Laville

Não há dúvida de que as contribuições de Jean-Louis Laville fizeram progressos na conceituação da economia solidária em todo o mundo. Desde os anos oitenta do século passado, suas contribuições baseadas nas propostas de Polanyi e Mauss mostraram que, além das formas dominantes da economia comercial guiada pelo lucro, existe uma economia pública baseada em redistribuição, uma economia doméstica cujo eixo é doação e “outra economia” articulada em torno da solidariedade. A economia solidária seria uma hibridação dessa diversidade de economias que revitalizaria a democracia porque implicaria novas formas de participação e projeção política. Dessa forma, a economia solidária seria diferenciada da noção de terceiro setor, mais marcado pela ação filantrópica privada e pela economia social que teria abandonado sua dimensão política no processo de diferenciação sucessiva de suas diversas famílias (cooperativas, sociedades mutualidades, associações, etc.) e, pela institucionalização e sua acomodação com o Estado e o mercado.

A ofensiva neoliberal estaria quebrando o equilíbrio keynesiano entre as duas últimas dimensões e sacralizando o princípio de mercado como o único

auto regulador econômico e privatizaria o espaço público. Diante disso, eles se levantariam

[...] una multitud de iniciativas que preconizan la adopción de comportamientos solidarios. En varios continentes, diferentes colectivos eclosionan en la agricultura biológica, el comercio justo, el consumo responsable, las energías renovables, el micro crédito, las monedas sociales, los servicios de proximidad, el turismo solidario... Ellos dibujan los contornos de una economía que se renueva con un proyecto de transformación a partir de compromisos ciudadanos. Lo que explica la implicación del movimiento alter mundialista en el reconocimiento de las iniciativas solidarias. (LAVILLE, 2007, p.57).

Laville propõe, além disso, uma releitura da história segundo a qual a economia política pacifica uma sociedade que rompeu seus laços com o antigo regime, através da difusão do mercado, portadora de interesses pessoais e materiais. No século XIX, a visão liberal pensa que o bem público é o produto desses interesses e que sua conjugação garante a paz social e a democracia. No entanto, a pauperização e a degradação das condições de vida e trabalho invalidam essa visão e geram uma resposta dos estratos populares. Como diz Laville:

[...] la contradicción entre la libertad política y la sujeción económica se hace insoportable. Para muchos pensadores y obreros la confrontación con la miseria y la amplitud intolerable de las desigualdades les obliga a volverse hacia mecanismos de coordinación en las antípodas del interés. Así, la asociación, como ligazón social voluntaria entre ciudadanos libres e iguales, se afirma como otro principio de organización social. En contextos tan diferentes como América y Europa, las experiencias asociacionistas se multiplican, mezclando socorros mutuos, producción en común y reivindicaciones que reclaman una regulación política de la economía. (LAVILLE, 2007, p.44).

Embora seja necessário esperar muito tempo para que isto ocorra, são as autoridades públicas que irão materializar essa regulação corretiva com a criação de proteção social e outros mecanismos.

O valor das contribuições de Laville, nascido no contexto da história política e cultural francesa, ultrapassou as fronteiras deste país. Primeiro, pelas suas colaborações com o grupo EMES e seus estudos comparativos europeus. Em segundo lugar, estendendo-se a outros países francófonos como o Canadá, especialmente no Québec e, estendendo-se às penínsulas ibéricas (DEFOURNÝ;

FAVREAU; LAVILLE, 1998) e, também na Itália (LAVILLE; GADIN, 1997). Terceiro, abrindo um debate frutífero com a América Latina e muito especialmente com o Brasil (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). Jean-Louis Laville e seus colaboradores, entre os quais Bernard Eme se destacam, como muitos “militantes orgânicos” da economia solidária, unindo-se ao esforço de romper o mundo das ideias, com vontade de praticar a mudança. Assim, eles estão tecendo redes que estão afirmando e divulgando os valores e experiências da economia solidária.

No âmbito desta irradiação e reconhecimento de suas ideias solidárias, pode ser útil fazer algumas perguntas. Existe hibridização das várias economias e como se reflete no jogo entre espaço público e espaço privado? Até que ponto as contribuições da Laville são suficientemente gerais e, portanto, aplicáveis a todos os países, especialmente os latinos americanos? Em que medida sua visão histórica está em dívida com o próprio itinerário francês, e não precisamos introduzir algumas nuances que ajudem a reinterpretar a história de uma economia solidária de uma Europa periférica que poderia estar mais próxima da América Latina?

Espaços e territórios privados e públicos

A coerência do modelo que leva a considerar que existem quatro formas econômicas envolve também a existência de quatro espaços reais e simbólicos: doméstico, comercial, público e solidário.

A delimitação da primeira é, a priori, fácil de estabelecer, pois passa principalmente pela casa e seus arredores. O trabalho domiciliar, autoprodução para consumo, trocas monetárias ou não com outras unidades familiares, o papel e o trabalho das mulheres na manutenção e no cuidado da família seriam seus modos mais comuns de produção e troca. As coisas ficam complicadas quando, por um lado, a proximidade ou a distância dos pomares e da água são introduzidas, a figura do operário de fábrica ao mesmo tempo jardineiro, o pastoreio sazonal, a provisão de primeiros materiais distantes, a venda nos mercados locais, ou por outro lado, quando esta economia doméstica é nutrida e reproduzida com redes de vizinhança, campesinato, amizade e famílias extensas. De certa forma, isso nos convida a estender esse território privado às suas proximidades. A rua, as praças, os mercados locais e outros espaços intersticiais que poderiam ser classificados como públicos são inundados por uma economia doméstica mais ou menos informal. Este tipo de economia é marginal nos atuais países do centro e norte da Europa, mas continua e de alguma forma se renova em muitas das áreas periféricas do velho continente, nas suas cidades mais importantes e tem sido e é

a base econômica mais abundante em muitos países da América Latina. Muitas das formas de microempreendedoríssimo (PORTELA *et al.*, 2008) encontram suas raízes nessa base econômica doméstica que se estende e se ramifica.

Em seguida, a questão que se coloca é até que ponto esta economia doméstica, familiar e local não tem sido a base de uma grande parte da economia social e solidária da Europa mediterrânica (ESTIVILL, 1999) – área de estudo de Laville - e constitui um dos pilares da economia social e solidária. As características mais significativas da economia popular sul-americana (CORAGGIO, 2007, 1998) são as atividades econômicas apoiadas por redes familiares e locais que permitem enfrentar e solucionar certas necessidades, criar empregos, trocar bens e serviços e sobreviver. Ele se capitaliza no trabalho, muitas vezes com a auto exploração, e raramente obtém lucros consistentes. Pode ser paliativo e até opressivo e por vezes emancipatórias quando se organiza e consegue acumular e distribuir coletivamente, numa visão de transformação social. Então, interesses privados e gerais podem coincidir. Muitas vezes, o poder público o persegue (tributos, organização do espaço, etc.), tolera-o (porque fica sobrecarregado) ou organiza cumplicidades em torno dele para seu próprio benefício.

O espaço público não corresponde à economia produtiva do setor público, a menos que repensemos as cidades como um lugar produtivo e distributivo de interesses gerais. E não é assim. Há alguns anos, sociólogos, antropólogos, geógrafos, arquitetos e urbanistas de todo o mundo vêm alertando para a redução do espaço público cidadão. Há uma privatização e mercantilização do mesmo (SENNETT, 1993). Não é este o alarme de Habermas (1992) quando ele adverte sobre o clientelismo do cidadão? A mesma advertência vem do México, quando se afirmar que a conjunção de tendências desreguladoras e privatizadoras com a concentração transnacional de empresas reduziu as vozes públicas (GARCÍA CANCLINI, 1995).

Não é possível aqui analisar com cuidado como as relações entre público e privado nas cidades são reorganizadas. O exemplo é simplesmente para evocar que, nessa relação de forças em constante recomposição, a economia social e solidária desempenha tem um papel a desempenhar. Tem necessidades produtivas, comerciais, sociais e culturais que, a partir do espaço íntimo e próximo, são projetadas para o espaço externo coletivo. Pode ajudar a projetar uma cidade mais humana e sustentável e para manter negociações abertas com as autoridades locais e outros atores, lugares que se adequam a você, onde o bem público é participadamente usados como um direito de todos. Desta forma, conecta-se e legitima-se, superando seus próprios interesses, com interesses gerais, que tendem a ser os menos generalizados de todos os interesses.

Mas o território público não se esgota na cidade e tem a ver com o patrimônio cultural e natural. Neste sentido, a economia solidária tem amplas oportunidades para combater a deterioração que ambos são submetidos demonstrando que é capaz de criar as condições para um desenvolvimento socioeconômico equilibrado, promotor da cultura e, do meio ambiente, com benefícios em favor das pessoas que vivem nesses lugares.

Revisitando o pensamento de Laville

Laville nos convida a visitar a história. Seja bem-vindo a este convite porque para conhecer melhor o passado da economia social e solidária é necessário possuir melhores armas para enfrentar os problemas atuais e desafios futuros. A dificuldade é que não há uma única história e quanto mais você a releia, mais complexas se tornam suas interpretações. Há ainda um longo caminho pela frente para se poder construir uma memória da economia solidária, especialmente em contextos como o brasileiro.

De qualquer forma, uma primeira observação a estabelecer é que, se essa releitura é feita a partir de uma certa periferia europeia, certos espaços e suas relações entre eles são iluminados de outra maneira. Acentos e nuances específicos aparecem e de alguma forma significativa de outro olhar que não necessariamente segue o itinerário marcado por Laville. Quais são sinteticamente alguns dos traços que caracterizam as origens e o desenvolvimento da economia solidária na perspectiva mais Latina e mais periférica da Europa?

A primeira hipótese seria a da permanência e solidez das chamadas áreas agrícolas e rurais, onde a produção familiar para autoconsumo, as trocas não-monetárias, as relações sociais locais e da economia nacional são fundamentais. Exemplos existentes são os “sures” rurais das três penínsulas, ibérica, itálica e grega (PAPARGEORGIU, 1998) que pesam sobre a vida econômica, social e política de sua história países. Latifúndio, condições precárias de sobrevivência e emigração forçada, a chefia que despoticamente era exercida a nível local e uma reforma agrária sempre esperada, mas nunca realizada, fez ecoar o grito secular “terra a quem a trabalha” que é a bandeira principal das organizações camponesas, que são duramente reprimidas pelos grandes latifundiários e por um Estado distante cuja capacidade de integração é mínima. Eles devem, muitas vezes, refugiar-se em esconderijos e, quando surgem, têm enormes dificuldades em criar e manter seus próprios espaços de organização e expressão, muitas vezes defensivos.

De qualquer forma, ocupações de terra, comunidades agrárias, irmandades e ligas camponesas, casas de aldeia, sociedades de socorros mútuos, caixas de cooperativas de crédito rural, celeiros comunas, seguros mútuos de gado, propriedades coletivas de florestas e terrenos baldios, pontilham a história de uma economia social na qual ainda resta muito a ser descoberto.

Uma das consequências dessas dificuldades de organização e expressão é a radicalidade das posições das organizações populares do campesinato, que raramente adotam as formas associativas e sindicais do proletariado industrial e urbano. A implantação e a força do anarquismo em primeiro lugar, e do socialismo libertário mais tarde, na Itália, Espanha e Portugal é uma pista a seguir para explicar, em parte, o tipo de economia social que se origina nesses países. De qualquer forma, muitos dos autores do século XIX que estudam a economia solidária na América Latina e sul da Europa introduzem a presença e o poder de um mundo rural e familiar, baseado em mecanismos informais, que diferenciam esses países em relação às formas de economia social da Europa central e do norte.

Um dos pioneiros da economia social portuguesa, Alexandre Herculano (1844), no seu texto clássico “Da Instituição das Caixas Econômicas”, é discutida a contradição de uma nação essencialmente agrícola e a vida urbana e industrial, na qual defende uma especificidade portuguesa da economia social que seria baseada na família e na agricultura.

A segunda hipótese, complementar e um pouco contraditório, seria para as iniciativas da economia social desses países que se originam, crescer e se desenvolvem mais no norte da Europa, onde há maior industrialização e urbanização. Ao mesmo tempo, observa-se que muitas dessas iniciativas estão interligadas com sindicatos e corporações que têm uma força e, acima de tudo, maior persistência do que em alguns dos países centrais. Se isso for verdade, é uma chave para compreender porque a economia social foi mais rápida em países que tiveram revoluções burguesas ou limitaram a implementação de hegemonia do mercado no século. Talvez seja por isso que alguns autores portugueses estabelecem algumas posições nas quais, seguindo as distinções clássicas de Gide, a primeira etapa da economia solidária seria a do solidarismo.

Em qualquer caso, estas iniciativas têm uma importante dimensão local e urbana e neles os trabalhadores mais qualificados e da classe operária, bem como a burguesia urbana do setor e serviços (artesãos, comerciantes, funcionários, artistas) participam. Cooperativas, associações e sociedades mútuas fórmulas não só dão respostas às necessidades econômicas mais urgentes, mas muitas vezes promover experiências socioculturais (sociedades culturais, escolas, coros e bandas, enciclopedistas, centros de teatro e recreação, e até casinos populares). Eles são

uma resposta coletiva a interesses particulares, mas têm uma projeção pública que é frequentemente notória localmente, em cidades intermediárias e grandes. Seus modos de organização democratizadora não deixam de ser uma alternativa aos modelos dominantes do tempo e de seu ambiente. Assim, em Portugal, também em Espanha e Itália, o direito de associação, em que o princípio democrático de “uma só voz, um voto” é aplicado, tornando-se um dos principais e pioneiras reivindicações e, não deixará de estar presente durante muito tempo.

Talvez esteja no papel histórico da economia social a nível local, onde se encontra uma explicação para estes países mencionado, nos quais o desenvolvimento territorial local teve o maior impacto e implantação desde os anos oitenta do século anterior (ESTIVILL, 2008). Talvez por isso, a ligação entre o desenvolvimento local e a economia social e solidária é maior (DEMOUSTIER, 2004). Em outras palavras, é mais fácil para esse tipo de experiência sair da própria iniciativa dos interesses diretos de seus membros, a fim de articular-se com os processos de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, quando uma identidade territorial forte é inserida e defendida e aliada os atores locais.

A terceira hipótese distintiva diz respeito ao papel do Estado. Anacrônica, lento, despótico, com longos períodos ditatoriais que vão até o século XX, mediada por sua clientela secular, estrutura com poucos meios (financeiros) para a caridade pública, permitindo, entre outras coisas, que a Igreja continue a ter um enorme poder de intervenção social, educacional e de saúde. Nestas condições, grande parte da economia social europeia é quase necessariamente de bem-estar e articula-se com instituições privadas e eclesásticas. Apenas pequenos setores da burguesia “iluminada” e, em geral, republicanos e laicistas, patrocinam e apoiam as iniciativas da economia social. Outra parte da burguesia mais industrial ou bancária prefere criar suas próprias instituições que protegem e controlam (colônias industriais, armazéns, escolas profissionais e de negócios, etc.) para “seus” próprios trabalhadores.

Não deixa de ser interessante o olhar de um argentino que, no início do século XX, visitando a economia social de alguns países do velho continente. Castillo, advogado e consultor de sociedades mútuas na Argentina, publicou um livro (DEL CASTILLO, 1913) que é o resultado da missão confiada pela missão francesa “Mutualité”, com o objetivo de apontar novos rumos para a ação mutualista na América do Sul, de acordo com o avanço alcançado por instituições similares na Europa. Seu panorama de organizações mútuas, cooperativas e ações de seguridade social na Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Inglaterra e Itália é rigoroso. Ele cita inclusive vinícolas cooperativas e o decreto de 17 de julho de 1886, que estabeleceu o fundo de aposentadoria para trabalhadores

em estabelecimentos e funcionários públicos em Portugal. Castillo os elogia e tenta ver suas possibilidades de adaptação na América Latina. Sua visão é que a intervenção do Estado e a proteção da lei são benéficas porque supõem uma garantia dos direitos dos membros desses organismos e uma ajuda financeira e fiscal para eles.

Mas ainda é curioso, e até certo ponto paradoxal que, com sua tese em favor da intervenção pública, ao propor um modelo, incline-se para o italiano. Primeiro, por causa de sua semelhança (DEL CASTILLO, 1913) com as sociedades mútuas argentinas. Destes, cerca de 559 com 207.550 parceiros, 260 são originados por imigrantes italianos, 146 pelos espanhóis, 81 pelos franceses. Apenas 47 seriam puramente argentinos. Segundo, porque quando comenta a lei das Sociedades de Socorro Mútuas italianas de 15 de abril de 1886, sua possibilidade de não reconhecimento pelo governo avança, 9 afirmando que

[...] con todo, las sociedades Italianas de Socorros mutuos se muestran refractarias a la tutela del gobierno, prefiriendo la mas absoluta autonomia, que les deja en completa libertad de acción, en la que ellos conceptúan una asociación voluntaria de mutua ayuda y consenso, en cuyas disposiciones el consejo gubernativo poco podría contribuir a su mayor prosperidad. (DEL CASTILLO, 1913, p.28).

Talvez a terceira razão esteja no fato das sociedades italianas de auxílio mútuo, além da tradicional cobertura de saúde, construírem casas para os trabalhadores, oferecendo ainda um subsídio familiar aos membros que têm que prestar serviço militar, dão dotes aos filhos que se casam, procurando ainda trabalhar para afiliados em pequenas ações como, construir bibliotecas e criar escolas para os filhos dos membros. Ou seja, eles estão cobrindo um conjunto de necessidades e criando um mundo autônomo e “refratário à proteção do governo”. Finalmente, e ainda é divertido, Castillo ressalta que as mútuas argentinas

[...] están, por el momento, organizadas con fines limitadísimos...siendo el fin primordial el del vinculo entre sus asociados, procurando a sus familias esas reuniones periódicas, en las que se consagran unas útiles horas a la difusión del arte y a los placeres de la danza en las reuniones familiares que en sus espaciosos locales celebran con relativa frecuencia. En esto se puede señalar que aquellas asociaciones han contribuido en gran parte a la cultura popular, tanto de Buenos Aires como del resto de la Republica. (DEL CASTILLO, 1913, p.48).

Nenhum outro ponto comum entre a economia social e solidária da América Latina e a dos países da periferia e do sul da Europa seria encontrado aqui, na contribuição para a cultura popular. Desta forma lúcida, Costa valoriza-o, quando explica os traços comuns dos reformadores portugueses do século XIX:

De la tentación de simplificar lo complicado se libraron nuestros reformadores: en vez de una teoría del Estado, uno y vertical, intentaron entender a los pueblos en sus diversas y policéntricas afinidades naturales. Considerando deseable la iniciativa popular descentralizada, reconocieron claramente el valor de las culturas periféricas e de su expresión multiforme. (COSTA, 1991, p.61).

Nestes países, os mecanismos públicos de trabalho e proteção social são instalados tarde e são muito seletivos, constituídos em períodos ditatoriais em que eles duramente reprimiram as organizações populares. As bases da Segurança Social receberam um impulso em 1935 durante a ditadura de Salazar, um ano antes da Grécia (IKA) com Metaxas, e em 1964 com Franco na Espanha. Todas essas ditaduras, incluindo a de Mussolini, tentaram integrar politicamente e socialmente os trabalhadores, criando uma infinidade de mecanismos de casa para o trabalho e passando pelo lazer (modelo amplamente copiado por Getúlio Vargas no Brasil).

Por todas essas razões, a história da economia social é política no sentido amplo da palavra. Isso não significa ignorar expressões de apolitismo formal, manifestadas em princípios cooperativos oficiais, em associações culturais, em mutualidades (COSTA, 1991). Muitas vezes, estes são manifestações aparecem em ações como a proteção contra a repressão, a desconfiança da intervenção pública e, a ação política partidária convencional, enquanto uma alternativa diferente para a sociedade. Suas possíveis ambiguidades surgem como realizações práticas na busca, renovada e contraditória, de um espaço autônomo entre o mercado e o Estado. Nessa busca, ninguém, nem a economia social nem a solidariedade, pode ter o monopólio da renovação democrática. Ambos compartilham dinâmicas mais ou menos participativas e um discurso político que é, por enquanto, na perspectiva da reforma social. O futuro dirá se os crescentes antagonismos com a ordem estabelecida e a afirmação do próprio caminho, os levarão por outros caminhos mais alternativos.

Considerações Finais

Com isso, a Economia Solidária, na América Latina, apresenta um significado próprio que evoluiu a parte das experiências do sul da Europa, especialmente Portugal, Espanha e Itália. Estas experiências europeias demonstram que a então economia social possui uma nova forma de se relacionar com o espaço público, levando à praça pública questões econômicas vinculadas com o bom viver, retomando em certa medida os ensinamentos aristotélicos sobre economia (cuidando da casa, cuidando do comum). Isto permite a deliberação de assuntos privados em espaços públicos e, a execução de tarefas públicas por agentes privados, criando um novo tipo de relação econômica unificando espaços público e privado, o qual não é previsto juridicamente.

Somente a Economia Solidária, com seus princípios organizativos, é capaz de transitar neste novo espaço público privado existente. Devido a sua mutabilidade decorrentes de diversos fatores sociais, econômicos e históricos, como ensinou Laville, os empreendimentos de economia solidária são capazes de transitar neste novo espaço geoeconômico.

Esses fatores que influenciam na relação entre espaços público e privado decorrem de questões geográficas e históricas, o que impedem que sejam universais. Considerando que a economia solidária ocorre em um território, o qual não é idêntico a nenhum outro, esta sempre possuirá diferenças de um território para outro, adaptando-se sempre às condições locais.

SOLIDARITY ECONOMY AND PUBLIC AND PRIVATE SPACES

ABSTRACT: *Solidarity economy, an emerging and itinerant concept, needs dialogues that help define it and specify its content. In this article, taking Jean-Louis Laville's contributions as a reference, we reflect on the economic, domestic, mercantile, public and solidarity spaces. We also propose that, based on a review of the history of the solidarity economy in the peripheral countries, revealing an itinerary that advances beyond the proposals of Laville that is closer to the Latin American.*

KEYWORDS: *Solidarity economy. Public and private spaces. Political projection.*

REFERÊNCIAS

CORAGGIO, J. L. **La economía social desde la periferia:** contribuciones Latinoamericanas. Buenos Aires: UNGS, 2007.

CORAGGIO, J. L. **Economía popular urbana:** una nueva perspectiva para el desarrollo local. Buenos Aires: ICO-UNGS, 1998.

COSTA, F. F. da. **Contributo português na ideação de uma economia social.** Lisboa: INSCOOP, 1991.

DEFOURNY, J.; FAVREAU, L.; LAVILLE, J.-L. **Inserción y nueva economía social:** un balance internacional. Madrid: Ministerio de Trabajo, 1998.

DEL CASTILLO, B. E. **Mutualidad, cooperativismo y previsión.** Valencia: F. Sempere y Compañía Editores, 1913.

DEMOUSTIER, D. (coord.). **Economie sociale et développement local.** Paris: L'Harmattan, 2004. (Les Cahiers de l'Economie Sociale, n.3).

ESTIVILL, J. **Desenvolvimento local e protecção social na Europa.** Genebra: STEP-OIT, 2008.

ESTIVILL, J. **Una via Mediterranea della economia sociale:** alcune chiavi interpretative. Bolonia: Fondazione Cesar, 1999.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.-L. **Economia solidária:** uma abordagem internacional. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

GARCIA CANCLINI, N. **Consumidores y ciudadanos:** conflictos multiculturales de la globalización. Cidade do México: Grijalbo, 1995.

HABERMAS, J. L'espace public, 30 ans après? **Quaderni**, [s. l.], n.18, p.173-184, 1992.

HERCULANO, A. **Das Caixas Económicas.** Lisboa: Livraria Bertrand, 1884. v.1. Reprod. in Opúsculos.

LAVILLE, J.-L. Du XIX au XX siècle: permanence et transformations de l'économie solidaire. In: INSTITUT EUROPÉEN POUR L'ÉCONOMIE SOLIDAIRE. **Le 3 Pilier de l'économie!** Luxembourg: Editions Le Phare, 2007. p.41-62. Disponível em: <http://www.jeanlouislaville.fr/ecosol-review-le-3e-pilier-de-leconomie/>. Acesso em: 14 ago. 2019.

LAVILLE, J.-L.; GARDIN, L. L'impresa sociale: una nuova realtà. **Rev. Impresa Sociale**, [s. l.], v.32, p.20-30, 1997.

PAPAGEORGIU, C. L. **The role of social Economy and its dimension in Greece**. Bolonia: Fondazione Cesar, 1998.

PORTELA, J. **Microempreendedorismo em Portugal**. Lisboa: POEFDS-INSCOOP, 2008.

SENNET, R. **A decadência do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia de Letras, 1993.

Recebido em 20 de abril de 2019

Aprovado em 15 de junho de 2019